

Discurso Secretária do Tesouro Nacional
ANA PAULA VESCOVI

Bom dia.

Cumprimentos ...

1. Bem-vindos ao 1º Seminário Internacional de Dívida Pública. É muito salutar ter a oportunidade de reunir especialistas e interessados em fomentar a geração de conhecimento sobre a gestão da dívida pública, sua interação com as políticas fiscal e monetária, e com o desenvolvimento do mercado financeiro e da economia real.

2. Discutir este tema passa obrigatoriamente por discutir a sustentabilidade fiscal, que somente será alcançada se baseada no aprendizado resultante da discussão sobre as restrições do governo e sobre as escolhas públicas.

3. A crise econômica teve um elo estreito com a crise institucional vivida no passado recente pelo próprio Tesouro Nacional. Precisamos humildemente reconhecer como um momento triste da nossa história, embora eivado por ensinamentos valiosos que foram e estão sendo utilizados na sua superação pelos gestores e servidores da STN.

4. Em anos passados o Tesouro foi palco, por ação de uma impressionante minoria, de atos irresponsáveis com as contas

públicas, de pouca transparência, e de descuido com as contas dos entes subnacionais. Se havia, naquele período, convicção da importância da ação mais intervencionista do Estado, isto deveria ter sido feito debatendo razões, objetivos e resultados com a sociedade e com os órgãos de controle. Ao contrário, a estratégia foi contornar as evidências e os instrumentos fiscais, com aumento do gasto e do déficit públicos. O uso de instrumentos financeiros cujos efeitos não eram capturados pelas estatísticas fiscais, expansão de subsídios implícitos e negociação de ativos entre empresas públicas, foram alguns instrumentos utilizados, à margem das melhores práticas fiscais e de transparência com a coisa pública.

5. Não foi imprevisível o que veio a seguir. Em meio a um processo de decisões equivocadas na Política Econômica, os resultados fiscais do Governo Central saíram de superávit de 2,1% em 2011 para déficit de 2,5% em 2016! A economia sofreu consideráveis impactos negativos, que foram refletidos em seus indicadores econômicos. Os índices de confiança de diversos setores da economia (indústria, serviços, construção, varejo e consumidor), atingiram patamares mínimos no segundo semestre de 2015, travando os investimentos. Os indicadores externos de confiança no Brasil foram abalados, afetando os prêmios de risco pagos sobre a dívida. A inflação, medida pelo IPCA, chegou a 10,67% e a taxa real de juros alcançou valores acima de 9% a.a.. O PIB, cujo crescimento no 1º trimestre de 2010 apresentava-se acima dos 5%, comparando-se o trimestre com o mesmo trimestre do ano anterior, atingiu uma queda de 5,4% no 1º trimestre de 2016. Desde abril de 2014, quando se iniciou a trajetória que culminou na perda do grau de investimento, o País perdeu cerca de três milhões de empregos.

6. É difícil falar de um assunto que causa constrangimentos entre a maioria dos servidores que se esforça para novamente alçar o Tesouro à condição que nunca deveria ter se afastado: a de guardião da responsabilidade fiscal, da sustentabilidade da dívida pública e da transparência com as contas governamentais.

7. Mas é importante fazê-lo, pois estamos construindo uma parte da história, e por muitas vezes é com ela que mais aprendemos. Parte do que aconteceu com o Brasil foi negligência com a própria história.

8. A Secretaria do Tesouro Nacional foi criada em meados dos anos 80, concretizando uma reforma importantíssima que garantiu mais transparência à gestão orçamentária do governo, em um período de turbulências econômicas e inflação elevada, com vários planos de estabilização que não prosperaram. Também consequência dos erros de política econômica nos anos 70. A própria criação da Secretaria é uma prova de que em momentos adversos é possível avançar na agenda de reformas estruturais, que melhoram o funcionamento do governo e da economia. Momento que, nesse aspecto, se assemelha com o atual, pois é premente realizarmos reformas para assegurar a geração de empregos, a estabilidade monetária duramente conquistada, além da redução das desigualdades.

9. A missão institucional do Tesouro Nacional é zelar pelo equilíbrio das contas públicas e pela sustentabilidade da dívida. Temos como objetivo promover junto à sociedade a cultura da

responsabilidade fiscal como um valor essencial para alcançar o crescimento sustentado.

10. Assim, temos seguido algumas estratégias para superar definitivamente as marcas do passado recente, e fortalecer ainda mais o Tesouro Nacional como instituição pública, de todos os brasileiros.

11. O fortalecimento da governança é uma delas. Desde 2015 foram criados comitês decisórios, com vistas a integrar as diversas áreas de atuação e a garantir maior transversalidade, transparência e segurança na tomada de decisão. Temos avançado e fortalecido essa estratégia. Foram criados quatro comitês: Política Fiscal; de Programação Financeira; de Gerenciamento da Dívida Pública; e o, Comitê de Gestão. A criação de uma Diretoria de conformidade e prevenção de riscos foi outra ação importante para o fortalecimento da governança, permitindo estabelecer relação muito mais comprometida com os órgãos de controle. Houve ainda a criação do portal Tesouro Transparente, uma plataforma de dados primários que vem sendo constantemente aprimorada para permitir o fácil acesso do cidadão aos dados de finanças públicas.

12. O compromisso com a transparência é outra estratégia, mas essa ultrapassa os limites da STN e alcança a política econômica do atual governo. A primeira e mais emblemática ação da política fiscal nesse sentido foi a redefinição da meta de resultado primário de 2016, a qual revelou o verdadeiro tamanho do problema das contas públicas no Brasil. Desde então é crescente o

conhecimento do tamanho do desafio que temos a enfrentar nos próximos anos.

13. Avancamos ao traçar um panorama fidedigno do comportamento de receitas e despesas, do resultado primário e da trajetória da dívida pública. Mas o desafio para garantir a sustentabilidade da dívida, que concorrerá para o crescimento sustentado da economia, é enorme. E isso está sendo revelado a partir das projeções apresentadas no artigo que analisa a solvência e a sustentabilidade da Dívida Pública brasileira, e que será disponibilizado ainda hoje em nosso sítio na internet.

14. Vivemos atualmente o duplo desafio de enfrentar problemas imediatos e, ao mesmo tempo, lidar com questões estruturais. O governo está implementando medidas de curto prazo que ajudem no processo de consolidação fiscal, essencial para a estabilização da economia. Um exemplo é a ampla revisão de cadastros em diversos programas sociais, com a correção de desvios. De acordo com o orçamento de 2018, complementaremos sequência de dois anos de queda da despesa primária como proporção do PIB, passando de 19,9% do PIB em 2016 para 19,2% do PIB em 2018.

15. O ajuste fiscal será gradual, de longo prazo, e que requer disciplina dos gestores e apoio da sociedade. Precisamos reverter os atuais déficits e empreender um ajuste de, pelo menos, 5 p.p. do PIB nos próximos anos, a fim de assegurar o retorno da dívida pública para patamares prévios à crise.

16. Nas recentes divulgações do Resultado do Tesouro Nacional, mostramos que nos 12 meses encerrados em setembro, as despesas obrigatórias atingiram 103,6% da receita líquida. Despesas obrigatórias estão definidas em dispositivos legais, assim como na Constituição. Dessa forma, se torna evidente a necessidade de amplo debate com a sociedade e com o Congresso Nacional, num esforço amplo de revisão das despesas.

17. O compromisso com o estrito cumprimento da meta de resultado primário foi reforçado. E, nos próximos anos, vamos aprender juntos a lidar com múltiplas restrições na gestão da política fiscal.

18. A regra do teto de gastos, recentemente aprovada, provocará uma mudança estrutural importante se considerarmos que, desde a Constituição, a despesa primária do governo central como proporção do PIB cresceu de forma contínua. Ao estabelecer uma regra clara e transparente para os gastos públicos, a restrição orçamentária do governo se tornará explícita. E o processo de escolha pública passará a ter maior participação da sociedade, o que é bastante positivo.

19. Em vigência desde a Constituição de 1988, a chamada “Regra de Ouro” assegura um compromisso Inter geracional ao impedir que gastos correntes sejam financiados com operações de crédito. Ela impede que o setor público realize empréstimos para financiar despesas correntes, direcionando os recursos desses empréstimos para os investimentos, aumentando, assim, os benefícios potenciais para as próximas gerações. Temos presente o

desafio de discutir formas de assegurar o seu cumprimento a partir do próximo ano.

20. É uma delegação da Lei de Responsabilidade Fiscal ao Tesouro Nacional a tarefa de estabelecer critérios para o processo de uniformização e harmonização das contas públicas, entre os três níveis de governo, convergindo assim para as melhores práticas difundidas pelos padrões internacionais. A Matriz de Saldos Contábeis é uma inovação que permitirá a harmonização da contabilidade pública, de maneira a unificar o cálculo das métricas estabelecidas pela LRF. O novo arcabouço, a vigor a partir do próximo ano, trará frutos em termos de transparência e adequado mapeamento dos riscos fiscais.

21. O sistema de garantias da União, para operações de crédito de entes subnacionais está sendo amplamente reformulado, de modo a torna-lo mais seguro, responsável, transparente e indutor da solvência intertemporal desses entes.

22. Outra medida importante foi a aprovação do Regime de Recuperação Fiscal. O novo regime alinha os incentivos para que os estados em situação crítica tomem as medidas necessárias para que suas contas se recuperem de maneira sustentada.

23. Ainda na direção do ajuste e da transparência das contas públicas, em setembro de 2017, o Congresso aprovou a nova Taxa de Longo Prazo (TLP), em substituição à antiga TJLP, que passará a ser usada para remunerar os recursos do Fundo da Marinha Mercante, Fundo de Amparo ao Trabalhador e os empréstimos da

União ao BNDES. Com ela, em 5 anos, tais recursos passarão a ser remunerados a taxas compatíveis com o custo de captação do Tesouro, eliminando assim o subsídio implícito a eles associados.

24. Para se ter uma ideia da importância desta medida, em 2016, estas três fontes de recursos representaram mais de 60% de todo o subsídio creditício da União. Considerando apenas os empréstimos do Tesouro ao BNDES, o valor do subsídio creditício chegou R\$ 29,1 bilhões naquele ano. Desta forma, a TLP configura um mecanismo importante e eficiente para reverter a tendência de crescimento dos subsídios.

25. Na mesma direção, o BNDES tem realizado a liquidação antecipada da dívida junto à União. Os recursos pagos antecipadamente ao Tesouro são utilizados exclusivamente no abatimento da dívida bruta do governo, e contribui de maneira importante para a sustentabilidade da dívida, além de provocar redução nos subsídios implícitos. Se todo o processo de planejado de devolução ocorrer até 2018, estaremos falando de redução de 5,3% p.p. da dívida, desde a primeira antecipação realizada.

26. A incorporação do custo do Programa FIES no cálculo do resultado primário está em linha com as melhores práticas de finanças públicas e reduzirá a discrepância entre os resultados apurados pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central. Com a mudança, será possível acompanhar a execução dessa despesa por meio das divulgações mensais do RTN e dentro do controle do regime de teto dos gastos públicos. Um destaque importante: essa modificação não altera a meta do resultado primário do governo

central, pois ela é definida com base na apuração realizada pelo Banco Central. E foi a avaliação do FIES que, além de ensejar mudanças na apuração das despesas públicas, também levou a ampla reformulação do Programa, aprovado ontem no Congresso Nacional.

27. Na esfera da participação da União no setor produtivo, vale notar a melhoria do resultado agregado das empresas estatais, resultado de ações concretas de gestão e governança. As empresas estatais federais do setor não financeiro saíram de um prejuízo agregado de quase R\$ 60 bilhões em 2015 para uma estimativa de lucro de R\$ 12 bilhões em 2017. Nesse sentido, o novo marco da Lei das Estatais tem sido um suporte fundamental para essa recuperação, assim como a melhoria dos marcos regulatórios nos setores de infraestrutura.

28. A concessão de 14 Aeroportos, 2 Rodovias, 16 Portos, 11 linhas de transmissão de energia e 1 hidrelétrica, além da privatização da Eletrobrás e das distribuidoras de energia elétrica, em curso, podem alavancar R\$ 50 bilhões em investimentos nos próximos anos. Some-se a isso as áreas de exploração de petróleo concedidas nas últimas rodadas, que também impulsionarão investimentos privados, arrecadação de tributos pelo governo, além da geração de empregos.

29. Todas essas ações, aqui citadas, e outras, contaram e contam com o empenho de servidores do Tesouro Nacional, mas são exemplos vivos de cooperação entre diversos órgãos públicos, da determinação do governo, do apoio do Congresso, e da parceria de

analistas que se engajaram no debate público em prol do ajuste fiscal e da recuperação da economia brasileira. Não poderia deixar de destacar nessa oportunidade, o ambiente cooperativo e harmônico que temos dentro do Ministério da Fazenda, sob liderança do Ministro Henrique Meireles. Nesse ambiente, o Tesouro se sente apoiado e fortalecido.

30. Os frutos já estão sendo colhidos. A mudança de direção na política econômica ocorrida em 2016 trouxe a recuperação da confiança, a redução à metade dos prêmios de risco, o processo de desinflação, com redução das taxas de juros, e o início de recuperação da economia. E o que nos é mais caro: a recuperação de cerca de um milhão de empregos! Está evidente que a disciplina com as contas públicas rende crescimento sustentado.

31. Esses resultados favoreceram diretamente a redução do custo de financiamento da dívida pública federal e das colocações soberanas em mercados internacionais. A dívida hoje é marcada por composição saudável, reduzida exposição cambial e baixa concentração de vencimentos no curto prazo. Além disso, conta com base de investidores diversificada, composta majoritariamente por investidores residentes no país. Estes fatores contribuem para a mitigação de riscos e devem ser ponderados na análise da sustentabilidade intertemporal da dívida pública. Na gestão da dívida pública também temos contado com um relacionamento próximo e construtivo com o Banco Central.

32. Não podemos deixar de, orgulhosamente, mencionar o Programa Tesouro Direto, cujo principal objetivo é disseminar a

educação financeira e a cultura de poupança na sociedade brasileira. O Tesouro Direto é um importante canal de comunicação entre o Tesouro e a sociedade. Estamos empreendendo a segunda onda de inovações do Programa, caminhando a passos largos para a terceira. Avançaremos com mais parcerias, tecnologia, tutoriais, simuladores e, sempre, com mais investidores!

33. Mas é a consolidação fiscal o fator mais importante para que a dívida permaneça em patamar sustentável no médio e longo prazos. Nessa direção, a Reforma da Previdência é, hoje, a principal agenda. O Brasil passa por um processo de envelhecimento muito rápido, fazendo com que a despesa previdenciária seja crescente, e o déficit, a ser coberto, esteja muito além da capacidade de financiamento dos pagadores de impostos. Isso traz desafios: é preciso modernizar e ajustar as regras para que a sociedade possa se adaptar à nova realidade.

34. Tal reforma é necessária não só para cumprir o teto de gastos, mas para viabilizar a sustentabilidade fiscal no longo prazo do país e que áreas prioritárias como saúde, educação, segurança e assistência social encontrem espaço no orçamento público. E também os investimentos. Trata-se da reforma mais profunda que o País necessariamente terá que fazer.

35. Sempre é uma oportunidade de pedir apoio para discussão e aprovação da Nova Lei de Finanças, que está tramitando no Congresso Nacional. É uma nova legislação que consolida as regras vigentes e trata de todas as etapas de planejamento, da elaboração e da execução do orçamento, da contabilidade e do controle.

Permitirá uma gestão financeira e orçamentária eficiente, avaliando se os programas e os investimentos cumprem com seus objetivos, introduzindo uma visão de médio e longo prazos na gestão fiscal.

36. A crise econômica foi a mais intensa que vivenciamos, mas passou. Assim também foi para o Tesouro. Superamos nossos momentos mais difíceis. Reconhecer erros passados nos fortaleceu e aqui estamos prontos para os novos desafios.

37. Um deles, nos comunicar melhor com o público, prestando contas à sociedade das funções que nos foram delegadas. Um exemplo desse esforço são os vídeos explicativos sobre a dívida pública, recentemente divulgados nas nossas redes sociais. Os cidadãos podem entender facilmente porque é preciso estabilizar a dívida pública, quem são os detentores desta dívida, qual é o seu custo e o que o influencia, já que é a sociedade quem paga por ela. Tais vídeos também representam mais uma iniciativa do Tesouro para difundir o conhecimento técnico e especializado de forma simples, objetiva e clara para toda a sociedade.

38. Hoje, aqui cumprimos com mais uma parte desse desafio, e estamos trazendo a dívida para o debate.

39. Nosso muito obrigada à parceria dos patrocinadores e da ESAF. Agradeço aos palestrantes oriundos do governo, da academia, dos organismos multilaterais, do mercado financeiro. Agradeço a aos participantes do evento.

40. Um ótimo seminário para todos!